

Sistemas de classificação de animais e plantas pelos índios

Julio Cezar Melatti

Publicado em 1975 no *Informativo FUNAI*, ano IV, nº 14, pp. 13-20.
Não achei o manuscrito, mas suponho que o título talvez não fosse exatamente este. Mantive-o, mas pus “sistema” no plural.
Passei os etnônimos para a convenção gráfica oficial brasileira, a não ser quando incluídos em citações.

O artigo “Notas sobre a Zoologia dos Índios Canela”, de P. E. Vanzolini, é realmente um trabalho pioneiro no seu gênero. Publicou-o a *Revista do Museu Paulista* há mais de quinze anos (Nova Série, vol. 10, São Paulo, 1956/58, pp. 155-171). O autor tenta “elaborar um vocabulário de nomes de animais em língua Canela e, com base nesse vocabulário, fazer algumas inferências sobre as noções de classificação zoológica desses indígenas” (p. 155). Os dados apresentados por Vanzolini foram colhidos nos quarenta e cinco dias que conviveu com os canelas, ao realizar uma viagem de estudos zoológicos ao Estado do Maranhão no primeiro trimestre de 1955.

Digo que se trata de um trabalho pioneiro porque, talvez, pela primeira vez no Brasil, uma lista de nomes de animais em língua indígena tenha sido tomada através do exame direto dos exemplares pelos informantes indígenas, tendo sido o trabalho de anotação quase todo executado em torno da mesa de taxidermia. Desse modo, foi evitado o tipo de coleta de dados sujeito a erros crassos, que consiste em dizer ao índio o nome vulgar do animal em português para ouvir dele o correspondente em sua língua. Trata-se pois, de um trabalho muito seguro e sério e seu autor é o primeiro a reconhecer suas limitações. Assim, conclui que: “À primeira vista a sistemática dos Canela parece uma sistemática de caçadores: maior preocupação com animais de caça e fatos a eles ligados, desinteresse relativo por outras questões zoológicas” (p. 169). Mas logo em seguida põe essa conclusão de quarentena, alertando o leitor: “Em primeiro lugar, minha amostra é muito viciada. Não expus aos Canela uma coleção representativa da fauna de sua área, nem mesmo uma coleção preparada de modo a solver os problemas mais importantes. Meu trabalho foi todo feito aos azares da coleta zoológica, e os mamíferos e aves predominavam de forma acentuada nas séries examinadas pelos índios. Por outro lado, achei difícil conversar com eles a respeito de répteis, anfíbios e invertebrados. Tentei colher dados sobre abelhas (os Canela são meladores inveterados), mas, na ausência de séries de abelhas, de ninhos habitados e de outros insetos, não consegui nem mesmo resultados preliminares” (p. 170). Num outro trecho do artigo o leitor fica sabendo que muitas formas foram subtraídas à apreciação dos índios, “especialmente aquelas preservadas em meio líquido, cujo manuseio é mais difícil que o de exemplares taxidermizados” (p. 157).

Vanzolini à primeira vista dá a impressão de que os canelas só se interessam pelo que comem, mas ele próprio põe em dúvida o que sua conclusão tem de implícito, observando: “Por outro lado, parece que os Canela não comem os lagartos menores, pelo menos habitualmente. No entanto, conhecem muito bem esse grupo, por outro lado abundante e conspícuo na sua chapada” (p. 170).

Lendo com atenção o artigo, fica patente que a principal preocupação de Vanzolini é saber até que ponto os canelas sabem classificar os animais da mesma maneira que os zoólogos. Percebe-se que a todo momento o autor está procurando saber se os índios distinguem corretamente uma determinada espécie de outra ou se agrupam certas espécies, da maneira que um zoólogo poderia esperar, numa unidade maior. Transcrevo aqui alguns trechos em que está clara essa preocupação: “Os Canela parecem ter uma noção clara da classe Mammalia, mas não pude descobrir um termo coletivo, equivalente, por exemplo, ao “bichos de pêlo” dos caipiras. Pelo menos um dos meus informantes (Pedro Gregório) estava a par da verdadeira posição dos morcegos entre os mamíferos, mas não sei se terá aprendido essa ideia dos sertanejos, para quem o morcego é um rato de asas” (p. 159). “Não encontrei conceito de subclasse Marsupialia, nem menção espontânea da bolsa marsupial e seu papel na criação dos filhotes” (P. 159). “Mostrei aos Canela duas espécies de Phyllostomatidae, uma de Vespertilionidae e uma de Molossidae. Eles se mostraram cômicos das diferenças específicas (que não são das maiores, mas são nítidas) mas não pareceram dar importância aos caracteres de família, como, por exemplo, a conspícua folha nasal dos Phyllostomatidae” (p. 159). “Os Canela não parecem reconhecer a unidade dos roedores, nem mesmo dos histricomorfos grandes” (p. 159). “A onça preta não passa de uma fase melânica da onça pintada, *Panthera (Jaguaris) onca*; alguns índios sabem disto, outros dão as duas formas como diferentes” (p. 160). “Não há indicação nomenclatural de parentesco entre o tatu verdadeiro e o china — espécies tão próximas que exemplares jovens são difíceis de separar. Por outro lado, são aproximados pelos nomes o peba e o canastra, espécies muito diferentes em diversos caracteres evidentes, além do tamanho” (pp. 161-162). “A sistemática analítica dos Canela é boa, neste capítulo dos mamíferos. Não surpreendi nenhuma identificação errada por parte de meus informantes, como também nenhum caso de duas espécies englobadas pelo mesmo nome, a não ser no caso dos morcegos” (p. 162). “Não consegui evidenciar nome coletivo para os psitacídeos, um grupo tão conspicuamente natural” (p. 163).

Ora, sabemos que a classificação de animais e plantas é algo que vem sendo desenvolvido pelos zoólogos e botânicos das sociedades de origem europeia desde o século XVIII, através de longas e pacientes observações. Mas, tal classificação é do conhecimento apenas dos especialistas, e escapa à maior parte dos membros dessas sociedades. Por que então esperar que os índios canelas tenham desenvolvido a mesma classificação? É digno de nota que, na nossa própria sociedade, a par da classificação dos zoólogos e botânicos, encontram-se outras maneiras de classificar animais e vegetais. Assim, o zoólogo, ao voltar para casa, depois de um dia de trabalho, não espera encontrar servida à mesa, para jantar, carne de gato ou de cachorro, pois aceita, como todos os membros de sua sociedade, uma classificação tradicional, não científica, que separa animais comestíveis de não-comestíveis. Do mesmo modo, o botânico, durante suas férias, ao cuidar do jardim de sua casa, nele não plantará repolhos, e arrancará indignadamente as “ervas daninhas” que teimam em crescer em volta de suas flores; ele, pois, também aceita uma classificação tradicional que separa plantas ornamentais de árvores frutíferas, de hortaliças etc. Por conseguinte, não teriam os índios canelas classificações tradicionais de animais e vegetais que seguiriam critérios diferentes daqueles levados em conta pelos zoólogos e pelos botânicos?

Nunca estive numa aldeia canela, mas tenho algum tempo de pesquisa entre os craôs, do norte de Goiás, que visitei por seis vezes entre 1962 e 1971. Ora, tanto os craôs como os canelas fazem parte do ramo oriental dos timbiras e falam dialetos de uma mesma língua, entendendo-se mutuamente. Seus costumes são muito semelhantes,

pois os canelas e os craôs têm uma origem comum. Vivem na mesma região, que é uma área de cerrados cortados por florestas-galeria. Por conseguinte, o que vou dizer aqui dos craôs talvez tenha algo de semelhante com relação aos canelas.

Os índios craôs constantemente fazem referência ao comportamento dos animais, equiparando-o ao comportamento de pessoas em determinadas situações. Quando contam casos que envolvem outras pessoas ou a si mesmos ou quando comentam um certo acontecimento, surgem comparações tais como: “Vamos ficar sozinhos, mesmo como raposa!”; “Nós somos como porco (queixada), sempre fazemos a aldeia circulada” (isto é, sempre estamos juntos); “Comendo escondido como curico!” Haveria um número muito grande de comparações desse gênero a citar. Lembro-me de uma vez em que fui comparado a uma ema, pois estava descascando umas batatas-doces que tinha ganhado, atirando as cascas para trás, por cima do ombro; é que a ema, explicaram-me, apanha capim e o atira sobre as próprias costas.

Em certas narrativas que descrevem episódios guerreiros do passado, histórico ou mítico, dos craôs e seus vizinhos, os mortos, os vencidos, os que estão em situação difícil, são comparados a animais de caça, enquanto que os senhores da situação, os ameaçadores, são equiparados a animais agressivos. Numa dessas narrativas, os membros de um grupo indígena, observando a desenvoltura de um inimigo, exclamam: “Este gavião não é gaviãozinho não; é gavião-real”. Noutra, um personagem lembra a valentia de três líderes da aldeia em que morava: “É, eu bem estava dizendo, não vão rastejar meu rastro até aquela aldeia, porque lá há três marimbondos e eles gostam de esporar bem na vista e cega; e quem vai lá não volta”. Numa terceira, um índio que vai observar se ainda havia algum inimigo vivo dentre os corpos que jaziam, depois do combate, nas águas de um ribeirão, comunica aos companheiros: “Não, estão mortos, são os peixes que estão chupando sangue de veado”. Na mesma narrativa, um personagem repreende seus companheiros por se terem esquecido da derrota que sofreram de um grupo vizinho, quando fugiram por um ribeirão: “Pega teu arco, pega, mole velho; você é um lagarto que não presta para nada; você já esqueceu que nadou no riacho feito capivara, mole velho”.

Os craôs não comparam pessoas com animais apenas nessas observações informais e espontâneas; há casos em que tal comparação é institucionalizada, como nos gritos que emitem ao finalizar uma reunião noturna, na praça da aldeia. Se dispersam logo ao pôr-do-sol, imitam os caititus — gritando *muk, muk, muk* — pois, quando caçadores surpreendem os caititus, eles fogem depressa. Por isso os índios dizem: “Vamos gritar como caititu, pois nós combinamos depressa”. Quando os índios dispersam no começo da noite, imitam as galinhas d’água — gritando *ka, ka, ka* — pois elas gritam a essa hora. Quando dispersam muito depois do cair da noite, imitam o socó — gritando *põ, põ, põ*. Quando a reunião acaba mais tarde ainda, imitam o morcego — gritando *ie, ie, ie, ié* — pois os morcegos voam pela aldeia por volta da meia noite, gritando *txit, txit, txit*.

Enfim, essas coisas nos mostram que os craôs não perdem nunca a oportunidade de compararem o comportamento das pessoas com o dos animais. É, pois, de se esperar que eles classifiquem os animais de algum modo, ainda que tal classificação não tenha nada de comum com a dos zoólogos. De fato, há um mito que parece constituir um esboço de classificação de animais. Conta o mito que os animais se reuniram para realizar uma festa. Durante a festa, resolveram apostar corrida, dois a dois; o vencedor de cada corrida deveria, daí por diante, morar no cerrado, e o vencido, morar na floresta. O veado campeiro venceu o mateiro, o catingueiro e o caititu. Por isso, o campeiro

passou a viver no cerrado, enquanto seus rivais passaram a viver na floresta. Mas o campeiro empatou com a ema; por isso, esta também foi viver no cerrado. O tamanduá bandeira correu com o tatu-canastra; o bandeira ganhou, mas os dois correram tão mal que ambos foram viver na floresta. A raposa venceu o papa-mel; assim, a primeira foi viver no cerrado, mas quase escondida, e o papa-mel foi viver na floresta. Mas os dois frequentam tanto o mato quanto a floresta. A cutia venceu a paca, mas ambas resolveram ficar na floresta. O jacu venceu a seriema e o mutum; mas o jacu preferiu ficar na floresta e a seriema quis ficar no cerrado. O suçupara venceu a anta; esta passou a viver na floresta e aquele no cerrado; mas o suçupara não gosta de ficar todo tempo no cerrado e também frequenta a floresta. Mas por que razão os vencedores deviam ir morar no cerrado e os derrotados na floresta? A resposta está nas palavras que o mito atribui ao veado campeiro: “E eu não tenho medo de estar fora (da floresta), não tenho medo de coisa alguma, não há quem me alcance na carreira, só se for algum bicho que voe”. Em outras palavras, o que se admite no mito é que os animais que correm pouco têm de evitar o perigo se escondendo, para o que a floresta é mais adequada; os bons corredores não precisam de se esconder e podem viver no cerrado, pois evitam o perigo correndo. Além disso, no mito se leva em consideração que essa regra tem exceções: animais que correm bem preferem a floresta e outros, que perderam a corrida, ficaram no cerrado. Temos, pois, nesse mito, um esboço de classificação com base na ecologia.

Mas essa não seria a única maneira de classificar animais entre os craôs. A magia que faz o caçador para matar veado campeiro nos mostra a presença de outros modos de classificar. Aquele que quer matar veado campeiro, só deve comer carne de animais que andam de dia e evitar a daqueles que entram em atividade à noite, pois o campeiro anda durante o dia. Há, pois, uma classificação de animais segundo a etapa do dia em que estão em atividade. O caçador deve também evitar comer carne de animais espantadiços, pois senão o veado se torna igualmente espantadiço. Por conseguinte, percebe-se a existência de uma outra classificação de animais em calmos e espantadiços.

Os homens e as mulheres craôs se dividem em dois grupos, um chamado *Wakmêye* e outro, *Katamyé*. Cada pessoa, segundo o nome pessoal de que seja portador, pertence a uma ou outra dessas metades. A primeira está associada à estação seca, ao dia, ao oriente, ao centro da aldeia; a segunda, à estação chuvosa, à noite, ao ocidente, à periferia da aldeia. Se interrogados, os craôs também classificam animais e vegetais nessas metades. Assim, um animal é *Wakmêye* se mostra maior atividade de dia, se vive no cerrado, se é notado sobretudo na estação seca; será *Katamyé* se vive na mata, em buracos, na proximidade da água ou se caminha à noite. Os vegetais, geralmente, são classificados segundo a estação, seca ou chuvosa, em que produzem suas flores ou frutos. Convém notar que os dados que estou apresentando não são resultados de uma pesquisa especial sobre as classificações craôs, mas sim informações que apareceram na pesquisa sobre outros temas; daí o seu caráter precário. De qualquer modo, é possível vislumbrar algumas diferenças entre as classificações dos craôs e a classificação dos zoólogos e botânicos. Ao que parece, a classificação dos nossos zoólogos e botânicos leva em muita consideração as características morfológicas dos animais e vegetais. Baseia-se numa descrição minuciosa do aspecto externo e dos órgãos internos do animal ou vegetal a ser classificado. Pelo que notamos até aqui, os craôs dão muita importância ao comportamento: calmo ou espantadiço, atua de dia ou atua de noite, vive na mata ou vive no cerrado, mais notado na estação seca ou mais notado na estação chuvosa? Poderíamos talvez dizer que a classificação craô tem sobretudo base no comportamento.

Em segundo lugar, a classificação dos zoólogos e botânicos pretende ser exaustiva, enumerando e descrevendo todas as variedades de cada espécie, todas as espécies de cada gênero, todos os gêneros de cada família e assim por diante. No caso dos craôs, os mitos, tal como o citado, e também os ritos e a magia, parecem fornecer apenas os critérios de classificação, indicando alguns animais e vegetais como exemplos e deixando a cada indivíduo a tarefa de classificar os restantes, na medida de suas necessidades. Em terceiro lugar, assim como a classificação dos zoólogos e botânicos é apenas uma das várias classificações de animais e vegetais de nossa sociedade, do mesmo modo os craôs dispõem de várias classificações.

Disse que nas classificações craôs o comportamento parece ser mais importante que a morfologia. Entretanto, existe uma outra que de certo modo se baseia na morfologia. De fato, numa série de ritos diferentes, mas todos ligados de algum modo à iniciação dos jovens, os craôs se dividem em diversos pares de metades: Papa-méis e Abelhas; Papa-méis e Muriçocas; Papa-méis e Gaviões; Marrecos e Gaviões; Lontras e Peixes. É curioso notar que não raro os índios se confundem, chamando a metade das Abelhas de Gaviões ou as Muriçocas também de Gaviões. Isso se explica pelo fato dos índios colocarem os animais desses nomes na mesma classe. De fato, um índio me contou que os animais, tal como os homens, podem ser distribuídos nas metades Papa-méis e Gaviões. Os animais de pena pertencem à segunda, enquanto que os de quatro pés, à primeira. Assim, o cachorro, a lontra, são Papa-méis. Mas não era apenas esse critério que orientava meu informante. Classificou as abelhas como pertencentes à metade Gaviões, mas sem me apresentar um motivo. Mas classificou os peixes também como Gaviões e apresentou duas razões para isso: primeiro, porque os peixes têm medo da lontra e esta é da metade dos Papa-méis; segundo, porque os peixes não têm pés. Esta última razão, à primeira vista, é bastante estranha, e só pode ser entendida à luz das informações de um outro índio, segundo o qual os Papa-méis são corredores mais velozes do que os Gaviões, porque o gavião tem pernas curtas. A cobra foi considerada como pertencente aos Gaviões, por certo pelo mesmo motivo que o dos peixes. O marimbondo, a borboleta, como da metade dos Gaviões. Mas o sapo e a formiga, como da metade dos Papa-méis. Nessa classificação, certos aspectos morfológicos são, pois, levados em consideração, como a presença de pernas pequenas ou ausência de pernas. Só não fica claro por que o marreco está do lado dos Papa-méis.

Mas, afinal, de que serve o levantamento dos conhecimentos e das classificações zoológicas e botânicas de uma tribo indígena? Na verdade há vantagens tanto para a Biologia quanto para a Etnologia.

Do ponto de vista do biólogo, tais estudos são vantajosos porque podem suscitar pesquisas sobre propriedades de certos vegetais, assim como trazer novos conhecimentos sobre hábitos de certas espécies animais. Todos sabem que nossos conhecimentos sobre o curare, sobre a presença do ácido prússico na mandioca, sobre propriedades de certos vegetais que matam ou atordoam os peixes, derivam de pesquisas suscitadas por conhecimentos de origem indígena. Assim, é de se esperar que, dentre os inúmeros vegetais utilizados pelos indígenas como remédios, os cientistas cheguem a isolar alguns cuja eficácia não esteja assentada puramente nas crenças mágicas, mas que possuam realmente certas propriedades curativas. Além disso, nesse trabalho, é possível que o biólogo ainda venha a identificar novas espécies. Portanto, o estudo da Botânica e da Zoologia dos grupos indígenas poderia realmente aumentar nossos próprios conhecimentos de Botânica e Zoologia. Esse tema me faz lembrar de uma ideia engraçada que teve certo dia um chefe craô. Estava discutindo comigo sobre o que ele poderia trazer [ou melhor, levar] numa futura viagem a Brasília, a fim de

ganhar dinheiro: falava em colares confeccionados pelos índios, em cabelos naturais para perucas... Então lhe ocorreu que eu poderia ajudá-lo, trazendo um pedaço de certa raiz para a cidade, a fim de verificar, junto a pessoas competentes, se ela realmente curava picadas de cobras, como os índios acreditam. Em caso afirmativo, ele poderia ganhar dinheiro, vendendo tal raiz a civilizados. Mas, a fim de evitar que os civilizados chegassem a identificar esse vegetal e lhe tirassem o monopólio dessa possível mercadoria, o velho chefe me permitiria que trouxesse apenas a raiz para ser examinada, mas não vegetal inteiro. Em outras palavras, o índio queria garantir para si a patente do remédio.

E para a Etnologia, de que servem tais conhecimentos? Parece que saber como os membros de determinado grupo indígena classificam animais e vegetais nos ajuda a conhecer outros elementos de sua cultura. Assim, para se compreender a magia que propicia resultados favoráveis na caçada, é importante levar em conta as classificações de animais, como já indiquei no exemplo de caçada de veado campeiro. As classificações também nos ajudam a estabelecer relações entre vários ritos: por exemplo, sabendo-se que os *craôs* põem numa mesma classe a *muriçoca*, a *abelha* e o *peixe*, é possível entender por que os membros das metades das *Muriçocas*, das *Abelhas* e dos *Peixes*, cada uma num rito diferente, nunca devem cortar toras de corrida e só têm uma moça associada, quando as metades que lhes são opostas têm de cortar toras e possuem duas moças associadas. O conhecimento dessa classificação nos conduz ao encontro de uma série de semelhanças que acabam nos mostrando que os três ritos na verdade constituem versões diferentes de um rito único.

Para dar um exemplo final, os conhecimentos zoológicos e botânicos dos *craôs* também nos podem ajudar a relacionar certos ritos com determinados mitos. No rito *Khetwaye*, um grupo de meninos e adolescentes fica em reclusão durante alguns meses; no dia do encerramento do rito, esses jovens devem sair correndo de certo ponto do cerrado na direção da aldeia. Ao chegarem à aldeia, são lavados com uma infusão de folhas denominadas *pephëkakoho*, tiradas de um vegetal que os sertanejos da região chamam de “*negra-mina*”. Esse ato ritual seria incompreensível se os *craôs* não me tivessem dito que o cheiro dessas folhas é o mesmo cheiro da formiga chamada *pephë*. Daí o nome das folhas: *pephë* (uma espécie de formiga) *kako* (suco) *ho* (folha). Essa informação, que talvez para o zoólogo e para o botânico seja apenas algo muito curioso, é muito importante para o etnólogo, pois lhe permite estabelecer uma relação entre esse rito e um mito dos *craôs*: o do homem que foi levado aos céus. Esse mito é a história de um homem em cuja orelha entrou uma formiga-de-mandioca (*atxum*). Ele ficou muito doente, pois a orelha começou a inchar. Foi abandonado pelos habitantes de sua aldeia, que se mudaram para outro lugar, inclusive por sua mulher, que tinha um amante. Os *urubus* se apiedaram do homem, aproximaram-se dele, providenciaram sua cura e depois o levaram para o céu. Lá o homem aprendeu alguns ritos com os *urubus* e os *gaviões* e ganhou também poderes mágicos. Desceu de novo à terra e, transformando-se na formiga *pephë*, picou sua mulher e seu amante no momento em que se amavam, castigando-os. Em suma, o mito conta a história de um homem que é afastado do convívio de seus semelhantes, ficando algum tempo fora, depois retornando com novos conhecimentos e poderes. É a picada de uma formiga (*atxum*) e o transporte pelos *urubus* que o afastam de sua sociedade. Ao retornar, transforma-se por um momento numa outra espécie de formiga (*pephë*). Ora, os jovens, no rito *Khetwaye*, também passam um certo período afastados da vida rotineira da aldeia. Ao reingressarem na rotina, são lavados com a infusão de um vegetal identificado, pelo cheiro, com a formiga *pephë*. Assim se descobre um primeiro ponto de contato entre o rito e o mito.

Descoberto o primeiro ponto, é possível encontrar outros: por exemplo, é um homem do grupo dos Urubus que, no início do rito, recolhe os meninos e adolescentes para pô-los em reclusão, assim como são os urubus do mito que levam o homem para o céu. Mas esse rito e esse mito são demasiado complexos para permitirem sua análise neste breve artigo.

Mas, se o etnólogo está interessado em conhecimentos e classificações elaborados pelos próprios índios, precisa ele da colaboração do zoólogo e do botânico? Sem dúvida, essa colaboração é indispensável; em primeiro lugar, porque o etnólogo não saberá identificar, nem com nomes vulgares, todos os vegetais e animais com que terá de lidar; em segundo lugar, mesmo que saiba identificá-los com nomes vulgares, isso não é suficiente, pois tais nomes muitas vezes abrangem mais de uma espécie e podem mudar de região para região. Nos seus trabalhos, o etnólogo terá de escrever o nome científico dos vegetais e animais a que fizer referência para que possa ser bem compreendido por etnólogos que trabalhem com outras tribos e em outras regiões e que desejem comparar os resultados obtidos em grupos diversos. Portanto, o etnólogo deve seguir o conselho de Vanzolini: “parece-me que seria vantajoso para o etnógrafo entrar em contato com zoólogos antes de partir para uma viagem. Poderia assim fazer uma ideia da fauna da região, bem como de métodos expeditos de coleta e preservação de exemplares de eventual interesse etnográfico” (p. 157). Não é preciso dizer que ele deve procurar também os botânicos.

Finalizando, convém notar um outro aspecto pioneiro no artigo de Vanzolini: ele constitui um anúncio de que há um zoólogo disposto a colaborar com os etnólogos e num momento bastante oportuno, isto é, pouco antes dos anos 60, quando o Estruturalismo e a Antropologia Cognitiva orientarão a Etnologia para o estudo dos sistemas de classificação.